

# Aprender com Chernobyl para enfrentar a pandemia da Covid-19

Marcel Bursztyn, Gabriela Litre, Patrícia Mesquita, Carlos Hiroo Saito

doi:10.18472/SustDeb.v12n1.2021.37692

Em 1986, o grave acidente na usina nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética, aconteceu num mundo ainda marcado pela divisão geopolítica da guerra fria. Apesar da tragédia inegável, tudo o que acontecesse de mal “do lado de lá” da cortina de ferro era entendido, na época, como “problema deles” e, de certa forma, como revés ao campo adversário. Os efeitos devastadores do acidente, se espalharam por todo o continente europeu e mostraram, também, que, em se tratando de meio ambiente, não existe território do inimigo, e muito menos, fronteiras.

As consequências daquele acidente inspiraram advertências e ações sintetizadas em um documento elaborado pela *World Commission on Environment and Development*, das Nações Unidas: o *Relatório Brundtland*<sup>1</sup>, que serviu como referência aos debates que ocorreriam na Conferência Rio-92. Publicado no ano seguinte ao acidente em Chernobyl, o documento, intitulado *Nosso Futuro Comum*, lançou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e apontou que não adianta buscar resolver os desafios ambientais na esfera de um só país, mesmo que cada um tenha seus próprios interesses e uma quota diferenciada de responsabilidade. Em se tratando do nosso habitat, onde nós humanos vivemos e somos parte dos ecossistemas, o planeta Terra deve ser visto como um todo. A ideia não era nova: duas décadas antes, Kenneth Boulding<sup>2</sup> já havia assinalado que somos todos passageiros de uma mesma espaçonave, a Terra. Se ela sofrer um acidente, todos estaremos vulneráveis, mesmo que, enquanto navega com segurança, alguns desfrutem da viagem na primeira classe e outros sobrevivam amontoados no compartimento de carga.

Chernobyl deveria ter nos ensinado que não basta cuidarmos do nosso próprio jardim, se o do vizinho está exposto às ervas daninhas que acabarão por afetar o nosso. Passaram-se 35 anos e hoje enfrentamos a pandemia da Covid-19.

Como nos tempos de Chernobyl, o mundo ainda enfrenta desafios semelhantes. Naquela época, as advertências de cientistas sobre os riscos de uma catástrofe nuclear eram eclipsadas pela visão de curto prazo sobre as vantagens econômicas da produção de energia mais barata, mesmo que muito mais arriscada. Em termos práticos, prevalecia o egoísmo nacional, a ideia de que cabe a cada um cuidar de seu quintal; e também os argumentos políticos de que a economia não pode parar e está acima das demais preocupações, a despeito dos alertas de que os riscos (mesmo que invisíveis a olho nu) não obedecem às fronteiras políticas.

O mesmo Boulding já nos advertia que a razão econômica não pode se sobrepor ao princípio da Vida (com V maiúsculo) como *ethos* maior da humanidade. “Quem acreditar que o crescimento exponencial pode durar para sempre em um mundo finito é um louco ou um economista.”, disse em 1966.<sup>3</sup>

1 | World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

2 | Boulding, Kenneth E. *The economics of the coming spaceship earth*, *Environmental Quality Issues in a Growing Economy*, 1966.

3 | “Anyone who believes exponential growth can go on forever in a finite world is either a madman or an economist.” (Kenneth Boulding, “The Economics of the Coming Spaceship Earth” (1966), in Victor D. Lippit, ed., *Radical Political Economy*, Armonk, NY: M.E. Sharpe. p 362).

Escapismo e negativismo são, direta ou indiretamente consequências dessa persistente razão economicista de curto prazo, além de cegueira política e de estupidez sectária. Diante da pandemia da Covid-19 que, como Chernobyl não obedece às fronteiras nacionais, cada país vem lidando à sua maneira com o desafio; uns com grande empenho e determinação, outros não. Uns apostaram no investimento em ciência, para o desenvolvimento de vacinas. Outros se empenharam em garantir a compra antecipada dessas vacinas. Alguns, entretanto, preferiram adotar a conduta do avestruz, escondendo a cabeça no buraco para não ter de encarar o problema.

São ações fragmentadas em um mundo onde a interconexão, apesar de seus efeitos positivos, se revelou também ameaçadora. Qualquer surto local, logo pode se tornar epidêmico e mesmo pandêmico, pois não apenas os mercados são globalizados: há também um grande fluxo de pessoas, imigrantes ou turistas, que circulam entre os continentes. A globalização, que hoje é tão evidente na esfera da saúde pública, repete processos que já eram bem claros, como a degradação dos oceanos, as mudanças climáticas, as diferentes formas de poluição transfronteiriça. Independentemente da origem ou da responsabilidade pelo problema, os danos tendem a ser sentidos mais intensamente por parcelas mais vulneráveis das populações, geralmente os mesmos que já são desprotegidos socioeconomicamente.

Um ano depois da eclosão da pandemia da Covid-19, enquanto a Europa enfrenta a terceira onda da pandemia e a América Latina uma segunda, mais letal e contagiosa, o panorama mundial já permite identificar alguns fatos:

- O espalhamento pelo mundo foi muito rápido;
- Alguns países reagiram logo e mobilizaram grandes esforços para evitar consequências devastadoras, com resultados diversos;
- A ciência foi ágil em dirigir esforços para a busca de vacinas e medicamentos;
- Governos mais previdentes investiram na compra antecipada de vacinas, o que nem sempre se concretizou nas entregas contratadas;
- Houve uma enorme redução no fluxo internacional de pessoas, que teve como consequência indireta a diminuição da pegada de carbono;
- A concentração da indústria mundial de fármacos e equipamentos hospitalares na China expôs a fragilidade geopolítica de alguns países em adquirir tais produtos;
- O argumento de que barreiras sanitárias são antagônicas ao bom andamento da economia se revelou falacioso, já que a não adoção de tais medidas acaba provocando danos ainda maiores à produção, ao emprego e às contas públicas;
- Apesar das tentativas de alguns governos de desacreditar (ou mesmo privatizar) o sistema público de saúde, esse continua sendo fundamental, tanto no sul global, quanto nos países mais ricos;
- Prevenir é melhor do que remediar. É mais humano e também mais barato! É mais eficiente (e justo) universalizar o acesso às soluções. É mais inteligente cooperar do que competir, pelo menos quando se trata de bens comuns;
- Vacinas que assegurem a proteção contra a pandemia não deveriam ser tratadas como mercadorias, como qualquer coisa que se compra ou não numa loja. Vacinas são, como na interpretação de Elinor Ostrom<sup>4</sup>, um caso típico de bem comum, a ser garantido por direitos que devem ser respeitados.

4 | Ostrom, Elinor. *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press, 1990.

*Sustentabilidade em Debate* - SeD, como periódico acadêmico, tem o compromisso científico e ético de contribuir para lançar luz sobre a relevância desses direitos que, ao mesmo tempo em que representam justiça social, contribuem para que o mundo não esteja à mercê de riscos como a presente pandemia.

A edição de dezembro de 2020 de SeD apresentou um dossiê analisando esses direitos em suas quatro dimensões interconectadas de segurança alimentar, hídrica, energética e socioambiental, sob a orientação da abordagem Nexus+<sup>10</sup>.

Assim como Chernobyl não foi o último grande acidente nuclear - a catástrofe de Fukushima assolou o mundo em 2011 -, é muito provável que outros surtos e pandemias aconteçam. O caminho mais plausível para evitá-las ou, pelo menos, mitigá-las, é a precaução. E, também, investir na ciência, para que nos alerte a cada dia sobre nossa vulnerabilidade global e que, também, gere inteligência coletiva na construção de novas soluções.

A presente edição de SeD apresenta oito artigos na seção Varia.

No primeiro artigo, Junkes et al. abordam o impacto das medidas de quarentena em resposta à pandemia da Covid-19 sobre a poluição atmosférica urbana nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro durante dois meses de 2020. Na análise, os autores observam uma redução significativa de poluentes relacionado ao isolamento social, quando comparado com o mesmo período em 2019.

Em seguida, Lindoso et al. e Racowski et al. abordam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os primeiros autores discutem a transparência e a capacidade do sistema de informação pública brasileiro, com foco no potencial para o monitoramento dos indicadores nacionais do ODS 3 (saúde e bem-estar) na escala municipal, um importante tópico no contexto de emergência sanitária da Covid-19. Já Racowski et al. realizam um diagnóstico do segmento de trigo e derivados em relação a adoção/implementação dos ODS da Agenda 2030 às suas práticas empresariais, utilizando uma amostra de 91 empresas do Brasil.

Na sequência, são apresentados 3 artigos que abordam diferentes aspectos dos recursos hídricos. Primeiro, Litben analisa a sustentabilidade de um sistema pré-colombiano de manejo de água no Equador, em comparação com tecnologias modernas utilizadas na costa do país.

Os outros dois artigos abordam a implementação de estratégias de sustentabilidade, por meio de intervenções em universidades de São Paulo, e implementação de infraestruturas urbanas sustentáveis em Santa Catarina. Em 2015, em um contexto de crise hídrica, a Universidade Federal de São Paulo efetivou medidas de redução do consumo de água, que, de acordo com Justi et al., teriam ajudado a população acadêmica a utilizar com mais eficiência os recursos hídricos e financeiros, tornando-a mais sustentável. Já Montagna et al. avaliam os impactos de um pavimento permeável e integrado às trincheiras de infiltração nos processos hidrológicos da cidade de Blumenau.

Em um último bloco, Courdin discute o processo de coordenação de ações coletivas entre pecuaristas familiares do litoral norte do Uruguai, sinalizando que os processos são endógenos e exógenos, refletidos em normas, processos de aprendizagem e regras de uso compartilhadas. E, por fim, Dávanos, Rodrigues-Filho e Litre propõem perspectivas alternativas para transformar o conhecimento tácito indígena do povo Tuxá sobre os impactos das barragens nas comunidades tradicionais, em conhecimento explícito e instrumental para a formulação de políticas. Nesse processo foi repensado o equilíbrio entre o progresso econômico impulsionado pela geração de energia renovável no Brasil e o impacto negativo na subsistência de uma das comunidades socioambientalmente mais vulnerável do país.

Esperamos que continuem permanecendo em casa e tenham uma boa leitura!